



# Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

## SEMINÁRIO DA COORDENAÇÃO NACIONAL PROVISÓRIA



Por Elza Fátima Rodrigues

**Data: 15 de dezembro de 2020**

**Hora: 19h às 21h**

No atual contexto da pandemia o seminário foi realizado de modo remoto, através da Plataforma Zoom.

### Critérios de participação:

- a) Os estados mais mobilizados, que organizaram lives de lançamento da Campanha e reuniões para formação das coordenações estaduais, participaram do seminário com 05 representantes. São esses estados: Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Paraíba, Maranhão, Pará.



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

- b) Os demais estados participaram com um representante titular e o suplente indicado pelas Coordenações Estaduais.

### **Pauta:**

1. Conjuntura Política e Desafios Para o Povo Negro e Indígena
2. Apresentação dos dados da Compilação dos Panoramas encaminhados pelos Estados: Adeir Ferreira Alves;
3. Contribuições dos estados para o Planejamento da Campanha 2021.

### **Considerações**

No Seminário a expectativa é de que haja uma discussão mais aprofundada sobre a conjuntura e seus desafios, seguida de perspectivas para a maior engajamento/impulsionamento/mobilização na Campanha. O Seminário possibilitará também um processo de escuta sobre as sugestões dos participantes para o planejamento da Campanha, analisadas posteriormente pela Coordenação Operativa na reunião de Planejamento.

**Participação:** estiveram presentes, ativistas da BA, ES, CE, MA, PA, PB, RJ e SP.

Valdisio Fernandes inicia a live apresentando a programação do Seminário que tinha sido aprovada e enviada, anteriormente, pela coordenação operativa. O seminário realizado pela plataforma Google Zoo, inicia às 19horas, horário de Brasília, com as boas vindas do coordenador do evento, Valdisio Fernandes, do Instituto Búzios da Bahia e Jô Gentil, do Ceará. Por questões técnicas, Jô Gentil fica impossibilitada de secretariar o seminário, função que passa a ser desempenhado por Elza Fátima Rodrigues, do Cedenpa, Pará.

A apresentação da programação, com informes e orientações das conduções dos trabalhos desenvolveu-se em 15 minutos, como constava na programação. Após a abertura do seminário, os



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

membros da Coordenação Nacional foram interagindo pelo chat, se apresentando, ao vivo na reunião.

O segundo ponto de pauta, denominado “**Conjuntura Política e Desafios Para o Povo Negro e Povos Indígenas**” teve como elementos de reflexões: abordagem sobre o Contexto Internacional e América Latina; Resultados Eleitorais, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, além da questão educacional no atual contexto da pandemia. Cada participante teve direito a dez minutos de exposição.

A palavra foi franqueada para quem desejasse fazer análise de conjuntura nacional e internacional. Valdisio Fernandes, ativista da Bahia se inscreveu e iniciou fazendo sua análise. “Primeiro um elemento muito importante da conjuntura internacional é a derrota de Donald Trump nos Estados Unidos, ídolo de Bolsonaro e outros fascistas e dos supremacistas brancos. Essa derrota do Trump coincide também com um processo um revigoramento da esquerda da América Latina, após os golpes político-jurídico-midiático que derrubaram governos como o do Brasil e Bolívia. Eu diria que a partir da eleição de presidente da Argentina, Alberto Fernández, recomeça a reativação da esquerda, com a eleição de Luis Arce, na Bolívia, com as grandes manifestações no Chile que culminam na convocação de uma nova constituinte, além da resistência de muito tempo na Venezuela. Antes a eleição do Trump fortaleceu a ascensão dos neofascistas, destacando o caso do Brasil, Polônia, Hungria, Reino Unido e Áustria. Esse neofascismo chegou ao poder de uma forma diferenciada do fascismo que antecedeu à segunda guerra mundial, é um fascismo que faz uma inversão: primeiro o mercado depois o Estado. Antes era o inverso: primeiro o Estado depois o mercado. Ele, tanto no Brasil, como nos outros países, está muito articulado com as políticas que favorecem o mercado e retiram os direitos das classes trabalhadoras, tanto trabalhadores formais, quanto os informais, e desta forma, atingindo os direitos econômicos, políticos e sociais de toda a população. Esse fascismo produz retrocessos por dentro das instituições, embora não respeitando as regras democráticas estabelecidas em cada um destes países. Mas, o fato positivo é que estamos vivendo esse processo de reanimação das esquerdas, especialmente na América Latina”.

Com respeito às eleições municipais, Valdisio desta que: “Neste contexto temos também as eleições 2020, no Brasil, como elemento importante nesta análise de conjuntura. Alguns aspectos que

---

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

podemos avaliar é que a direita conservadora sai fortalecida destas eleições. Não a direita bolsonarista. Essa ala não conseguiu bom resultado. O PT também saiu enfraquecido nestas eleições. Muitos avaliavam que com Lula livre tinha possibilidade do PT se reerguer, mas não foi assim.

O PSOL, mesmo tendo eleito apenas o prefeito de Belém, em relação ao quadro anterior, sai bastante fortalecido. Soma-se ainda ao resultado da candidatura de Guilherme Boulos, em São Paulo, quando obteve mais de dois milhões de votos.

No âmbito da Sociedade Civil Organizada, é preciso ter uma melhor reorganização dos movimentos sociais. Os movimentos sociais mais tradicionais não conseguiram articular suas bases para se contrapor ao projeto político neoliberal no Brasil. Eu destacaria como exceção, os trabalhadores da área da educação que fizeram, em 2019, manifestações nacionais e a última a greve dos petroleiros, sem dúvida marcante. Mas o principal destaque dentro dos movimentos sociais tem sido o movimento de mulheres, protagonizado principalmente pelas mulheres negras.

Na perspectiva dos movimentos populares, Valdisio conclui que “tem que ser pensado uma agenda para o movimento negro que contribua também com a mobilização dos movimentos sociais, que passe pela implementação das Leis 10639/03 e 11645/08; pela a criação de um Fundo Econômico para o combate o racismo, particularmente o combate ao genocídio da juventude negra; a defesa intransigente das titulações das terras quilombolas, com a preservação do modo de vida e condições de existência e identidade, assim como fortalecer o feminismo negro, destacando as dimensões interseccionais nas múltiplas discriminações, combatendo a discriminação racial e a discriminação de gênero que limitam a chance de sucesso das mulheres negras. Na defesa do projeto do Bem Viver. Encerro minha análise por aqui”.

Após a análise de conjuntura desenvolvida por Valdisio Fernandes, as inscrições seguiram abertas no chat para que mais pessoas contribuíssem com as reflexões sobre o contexto nacional e internacional que de forma direta afetam as estratégias dos movimentos sociais. Mônica da Paraíba foi a próxima pessoa inscrita a se pronunciar: “Gostaria de contribuir com alguns pontos. Quando se pensa na estratégia, pensando na campanha eleitoral recentemente e a campanha para Implementação das Leis, elas se colocam em um determinado eixo. Me refiro ao eixo que reafirma a importância, a urgência em estabelecer pautas nacionais para nossa população negra. Quando a

---

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

gente olha para o cenário mais geral, destacando o papel que negros e negras fizeram no PSOL, quando a gente pensa nas candidaturas e os candidatos eleitos, foi um grande feito. Falo sobre isso para a gente refletir que, é importante que pensemos em pautas gerais. Se trata de como articulamos isso a partir da Campanha Nacional pela Implementação das Leis 10639/03 e 11645/08. Nós temos um centro em torno de um debate que é a educação, mas precisamos pensar em sentido mais amplo. Quando estou fazendo esta articulação com as eleições é para pensar a ocupação em alguns espaços. Uma ocupação organizada, pensada, estruturada para que possamos incidir em outros campos de atuação e reação. Acho que isso é necessário para nossa reflexão para que a gente possa, inclusive, pensar a discussão da Campanha, pois ela é estratégica em muitos sentidos, no sentido de estabelecer diálogos com os movimentos negros em regiões diferentes do país. Ela é estratégica também para pensarmos as mobilizações além da campanha e apontar uma leitura mais ampla sobre a conjuntura a partir do olhar negro. Quando a gente pensa em território quilombolas, é necessário a gente pensar em outros territórios de comunidades tradicionais negras. É essa minha contribuição no seminário. Obrigada”.

O segundo ponto de pauta do seminário, a **apresentação dos dados da Compilação dos Panoramas, enviados pelos estados** foi realizada por Adeir Ferreira Alves, do Distrito Federal e membro da Coordenação Operativa da Campanha Nacional de Implementação das leis, que contou com dez minutos de apresentação. Abaixo inclusão do Relatório copilado e elaborado por Adeir Ferreira Alves.

A Coordenação Operativa da “Campanha Nacional Fazer Valer as Leis 10.639/2003 e 11645/2008”, a fim de conhecer panoramicamente a situação da questão racial em cada uma das cinco regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), realiza este trabalho de compilação das informações obtidas de cada ente federado (estados e o Distrito Federal) que responderam as treze perguntas do questionário encaminhado aos movimentos e instituições atuantes na área da pauta racial.



# Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

## Metodologia

Como metodologia de compilação das informações, para cada pergunta expôs-se a resposta por estado/DF – dentro de sua região geográfica (por ordem alfabética), a partir de sintetização das respostas num quadro simples e relatório de análise realizado pelo compilador.

Por panorama entendemos que, o próprio termo “panorama”, na definição da língua portuguesa, corresponde a uma visão generalista de uma situação e/ou de um quadro, não sendo, portanto, uma análise precisa e detalhada.

## O questionário

As perguntas do questionário: elas têm um caráter exploratório em que se busca compreender a fundo a situação de cada ente federado, e de certa forma, da sua região. Objetiva, portanto, conhecer a atuação do Poder Público nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), bem como objetiva compreender quais são as entidades/movimentos/instituições que atuam na pauta racial – especialmente no que diz respeito à implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

## Os/as respondentes e seus lugares de fala

Ampliando o conceito de “lugar de fala” de Lélia Gonzales, compreendemos que, além da luta em prol dos direitos humanos, dentro do recorte racial, cada pessoa é única e singular. Suas trajetórias, histórias, vivências, campo de atuação, formação (escolar, cidadã, psicossocial, política, religiosa, geográfica e cultural) são legados da subjetividade humana e intrapessoal, que delinea, com efeito, a sua visão de mundo, de si mesma e dos outros.

Considerando esta breve incursão filosófica, entendemos que os/as respondentes são pessoas ativistas/militantes ou vinculados/as a alguma entidade/movimento/instituição que trata da questão racial. Algumas destas pessoas também são professores/as que trabalham ou militam em prol da implementação das referidas leis em seu campo de trabalho (escolas/instituições de ensino [pública e/ou particular], secretarias de educação, conselhos educacionais, sindicatos etc).

Observa-se que, as informações obtidas correspondem a alguns fatores condicionantes dos próprios respondentes – não sendo possível, portanto, obter com segurança uma visão precisa da

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



# Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

realidade que esta compilação objetivava, pois, aquelas pessoas que responderam ao questionário sempre partem de uma perspectiva de compreensão subjetiva.

Portanto, para cada situação é importante considerar que cada respondente se enquadra dentro de prismas e paradigmas relacionados à sua área de atuação profissional, do seu grau de ativismo e de engajamento pessoal no movimento em qual milita, das especificidades do e/ou dos movimentos os quais atuam e do posicionamento político em relação à pauta racial.

A maioria dos/as respondentes estão e/ou são vinculados aos NEABs/NEABIs das instituições de Ensino Superior da rede pública federal ou a alguma entidade relacionada ao ensino e à pesquisa. Para fins de ampliação do horizonte de compreensão, observa-se que cada Núcleo de Estudos tem uma formatação própria. Por causa da própria estrutura científica, alguns Núcleos podem ter um caráter puramente acadêmico de pesquisas relacionadas às questões raciais, ao passo que outros podem ter uma militância atuante em diversas frentes da pauta racial.

Adversidades: compreendemos também que o contexto pandêmico que ocupa quase todo o ano de 2020 – período de mapeamento das regiões e seus entes federados – e também as eleições municipais pode ter desmobilizado os grupos e as pessoas, gerando, com efeito, uma fragmentação da visão coletiva.

A partir destas perspectivas é que compreenderemos os panoramas de cada região.

## **PANORAMA DAS REGIÕES**

### **Considerações iniciais**

Considera-se que as estruturas do Poder Público em distintas esferas, pulveriza a força dos movimentos, concentrando, com efeito, o empenho dentro das cercanias de cada ente federado.

Os entes federados são realidades distintas, são grandes regiões geográficas, cada uma com uma pauta direcionada às suas demandas.

### **Centro-Oeste:**

Dos quatro entes federados desta região apenas o Distrito Federal (NEAB/UnB) respondeu às perguntas.

---

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

O DF possui boa estrutura em termos de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, porém, falta uma sistematização dos livros didáticos da Educação Básica para tal. A Universidade de Brasília está muito alinhada com a secretaria de educação distrital, tanto no que diz respeito à formação do corpo docente na temática racial (licenciaturas), mas especialmente no engajamento de programas de pós-graduação (direito, sociologia, filosofia, estudos interdisciplinares e multidisciplinares [direitos humanos, estudos comparados, metafísica e outros]).

Além das próprias informações desta Unidade Federativa-UF podemos compreender, a priori, que o Centro-Oeste, não tem uma articulação de seus entes federados em termos de pauta racial.

Não obtivemos dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul adesão à Campanha Nacional, o que não quer dizer que a situação deles sobre a pauta racial esteja inerte.

### **Nordeste:**

Dos nove estados do Nordeste, sendo eles Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, cinco entes federados responderam ao questionário: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Sergipe.

Além da peculiaridade de cada estado, observa-se que nesta região os movimentos são muito atuantes na pauta racial, conseguem articular interesses com os governos estaduais e municipais. Alguns estados tem grande visibilidade dos movimentos indígenas. Os estados da Bahia e do Maranhão apresentaram uma quantidade maior de informações, se comparados com os demais.

O Nordeste, assim como as demais regiões, não parece ter uma articulação interestadual em termos de pauta racial.

### **Norte:**

A região Norte do país, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, obtivemos respostas apenas de Amapá, Amazonas e Pará.

Das informações obtidas, o estado do Pará apresenta mais detalhes, o que nos leva a crer que as ações neste ente federado tenham grande empenho na pauta racial, inclusive na questão indígena e quilombola, confirmando o que a literatura na área já aponta.

---

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**





## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Em termos de articulação interestadual observa-se que a pauta racial se restringe às demandas por estado. E muitas delas são forças locais, concentradas em Municípios.

### **Sudeste:**

Da região Sudeste, composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, obtivemos respostas de todos os estados. Das regiões esta é a única que completou o quadro.

Além dos fatores peculiares a cada estado do Sudeste, observa-se que a pauta racial nesta região é bastante forte e consolidada. Já no que diz respeito às conquistas no âmbito da pauta racial ainda tem muito a alcançar.

O ativismo na pauta racial desta região, assim como nas demais, é multiforme, ampla e abrangente.

O estado do Espírito Santo apresenta maiores detalhes da atuação dos diversos movimentos. O estado de Minas Gerais não respondeu algumas das perguntas, alegando, inclusive dificuldades de visão estadual por causa da extensão numérica do número de Municípios, que ultrapassa oitocentos.

### **Sul**

A região Sul foi a única em que não houve nenhuma resposta de questionário preenchida, embora haja adesão da Campanha em pelo menos um estado – até o momento (Rio Grande do Sul).

Assim como fizemos a leitura de todas as regiões, a ausência de informações não significa inoperância dos movimentos estaduais, municipais e federais no ente federado.

### **Observações gerais**

Na compilação dos estados do Sudeste, observa-se que em resposta à pergunta número sete (07) o Estado de São Paulo e de Minas Gerais tem resposta idêntica. Pode ser uma falha de digitação.

### **Considerações finais**

---

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Esperamos que com o lançamento oficial da Campanha Nacional os entes federais que ainda não aderiram a Campanha possam se mobilizar para este compromisso.

Como estratégia para o alcance o fortalecimento da Campanha Nacional, sugere-se que, além das campanhas em nível estadual se empenhe também em campanhas regionais.

A tríplice estrutura política (federal, estadual, municipal) é um grande desafio para a articulação dos movimentos, pois cada esfera exige um esforço muito grande para encaminhamentos e demandas, e também há nestas estruturas competências estritas de cada instância.

A dimensão geográfica das regiões, dos estados e dos municípios também é um outro grande desafio. Reunir fisicamente os movimentos e a alinhar as pautas e/ou os ideais também são desafios muito grandes.

Por todas estas razões, a Campanha Nacional pela Implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 precisa pensar em todas estas peculiaridades não como barreiras, mas como condições que exigem estratégias satisfatórias para o alcance dos objetivos das pautas de luta.

Após a apresentação da compilação resultantes dos panoramas dos estados, foram abertas inscrições para as contribuições dos participantes através do chat. É importante destacar, que Aldeir Alves recebeu muitas felicitações pelo relatório apresentado. Socorro... (estado) foi a primeira pessoa a se manifestar: “sobre o relatório é que se faz necessário uma maior organização nos estados e Regiões para que a Campanha possa acontecer, envolver os NEABI, as secretaria de educação. Após 17 anos nós não tivemos a efetivação de fato aconteça. Necessitamos dar a mãos, com gestores e gestoras para que saia do papel”.

Elza do Pará pediu inscrição e relatou que o CEDENPA conseguiu criar uma Lei anterior à 10639/03. “Nós tivemos quase duas décadas de governos de direita em que foram desmontados desarticulados muitas ações, como a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (COPIR), vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SECUC). Sobre a Lei 10639/03 Muitos professores nunca ouviram falar sobre a Lei. Penso que deve ser duas áreas de atuação: uma que atue diretamente com os professores, que estão em sala de aula, e uma outra junto ao Estado. Aglutinarmos a esse grupos operadores do direito para acionar o Estado brasileiro para torna lei de fato. É lei e necessita ser cumprida. Por outro lado mobilizar o movimento popular”.

---

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Após os comentários de Elza Rodrigues, foi a vez de Luis Carlos se manifestar: “Vou entrar na questão objetiva. Fala sobre a Estruturação da Campanha. O que faremos agora com os Estados que não se integram na campanha. Como recuperar estes estados? Pensar com trazê-los para a campanha. Conversar com as instituições que consideramos fundamentais para fortalecer a campanha. Criar uma situação de conflito com a sociedade brasileira. Criar constrangimento para a sociedade brasileira em relação a necessidade de implementar a lei, e junto com a sociedade civil ampliar os canais de luta. Levar a campanha para dentro das instituições.

Valdisio reforçou que os pontos destacados por Luis Carlos são pontos importantes para serem pensados nos planejamentos estratégicos, como as alianças nacionais. Em nível dos estados, Valdisio apresentou uma experiência realizada da Bahia. Segundo ele é muito importante estabelecer relação com a comissão da Igualdade racial OAB, as Defensorias Pública, Ministério Público, buscar também diálogo aberto com os movimentos populares. Aqui na Bahia conseguimos um criar um foro bastante amplo. Faz-se necessário também, organizar pessoas, atividades, universidades que estejam dispostos a caminhar neste sentido. Também a criação do Comitê Interinstitucional de Monitoramento faz parte da Campanha; realizar audiências públicas, podemos provocar o Estado, comprometer pessoas do Ministério Público e Criar um comitê de monitoramento. É necessário que a sociedade civil, especialmente o movimento negro esteja mobilizado para controlar o processo, articular os professores da universidade, ensino médio escolar quilombolas e disponibilizar os materiais para qualificar os professores. Estas experiências já concretizadas podem ser socializadas, como as do Pará e do Espírito Santo. É importante pensarmos as iniciativas a partir das nossas realidades. E de que forma a Coordenação Nacional da Campanha pode contribuir neste processo, conclui, Valdisio.

Ainda dentro da troca de experiências no âmbito da educação para as relações étnico raciais, Elza citou o Projeto de Emenda Parlamentar. “Tinham três ações. Realizar encontro estadual de professores, realizar um Curso de formação de Professores e um livro sobre a história do Cedenpa. Como proposta tirada do Encontro criou a Frente de Professores Antirracistas da Amazônia. Por conta da pandemia somente iniciamos as ações em agosto de 2020. Estamos articulando cursos de formação para os professores quilombolas. Além disso, o Cedenpa faz parte de um GT criado pela

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Defensoria Pública. Um GT interinstitucional. O GT pode contribuir bastante com a campanha aqui no Pará. Já que a campanha abarca nas duas Leis, é necessário reunir professores quilombolas. Precisamos ampliar professores e aliados indígenas”.

Seguindo a ordem das contribuições, Alexandre do Rio de Janeiro destacou que “é fundamental articular com as instituições e o movimento social, também incluindo os indígenas. Atrelar a ação política com a formação dos professores. Atuar em duas frentes”. A professora Luciene, da Paraíba, vê a necessidade de mobilização que envolva os professores quilombolas e a formação continuada. “As escolas da cidade inviabilizaram os alunos quilombolas. Estou de acordo que sejam mobilizados os professores quilombolas no processo”.

Dolores Lima, Rio de Janeiro, relatou uma experiência estadual em executar a Lei 10639/03, que está sendo abordada nas escolas e desta forma fortalecendo a presença positiva da população negra, através da secretaria Municipal da Educação e elaboração de material didático.

Sônia Macedo, indígena, residente no estado da Paraíba, frisou ser relevante essa campanha, na medida em que vai fortalecer o movimento negro e indígena. “Trabalhamos em sala de aula, mas quando esses alunos vão para a universidade enfrentam outro mundo Acabam muitas vezes, por pressão social deixando de lado suas tradições ancestrais. Trabalhar também na formação dos professores indígenas para que eles possam trabalhar este tema em sala de aula. Agradeço por estarmos inseridos neste grupo, por terem nos convidado para compor a campanha. Que possamos cada vez mais enfrentar os preconceitos, o racismo. Não queremos ser apenas convidados para o dia Nacional da Consciência Negra, em novembro”, ou o dia dos índios. É importante ir além. Fazer com que as leis que estão aí sejam implementadas”.

Malú, do Espírito Santo comentou uma pesquisa realizada pelo Cecun, em que aponta que 58,8 % dos professores já ouviram falar da Lei, enquanto 43% não conhecem. Em relação aos cursos de formações; 63% nunca fizeram nenhum curso com a temática racial. “A chave da Educação para as relações étnico raciais estão nos professor. Se eles não tiverem convencidos, nada feito. Se vc conhece, mas não faz nada é a mesma coisa que não conhecer. Se não trabalharmos junto aos professores será mais difícil conseguir implementar a Lei.



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

Após a participação de todas as pessoas presentes de modo remoto no seminário, iniciaram-se as contribuições para o Planejamento 2021. Elza Rodrigues sugeriu que tirássemos pontos em comum sobre as estratégias de ação da Campanha, considerando as realidades locais.

Entre os pontos comuns das contribuições as que se fizeram presentes na maioria das falas foram:

1. Fortalecer essa mobilização e divulgação da Campanha;
2. Incluir os estados que estão ausentes na coordenação Nacional da Campanha;
3. Buscar parcerias envolvendo com os NEABS e NEABIS, Universidades e movimentos sociais;
4. Realização de seminários regionais;
5. Incentivar as formações de professores;
6. Incidir no Estado, aqui entendido como os poderes públicos federal, estadual e municipal, assim como promover parcerias com o Ministério Público, Defensorias Pública e seccionais da OAB;
6. Pensar em uma estrutura política para enfrentar o Estado e o racismo estrutural.
7. Criação de Fundo Financeiro para articular a implementação da Lei.

Valdisio Fernandes, na condição de coordenador do seminário, agradeceu a participação de todos e todas, afirmando que as propostas serão sistematizadas; que seguiremos em contato com todos. “Nosso foco central é a campanha nos estados. Que possamos avançar como nos antecedeu a Imprensa Negra, Abdias do Nascimento, Convenção do Negro pela Constituinte e tantas outras ações pautadas pelos Movimentos Negros. Espero nos encontrar em outros eventos e no Encontro Nacional em maio, na Bahia. Luis Carlos finalizou afirmando que “é urgente elaborar o Planejamento para 2021”.

### **ANEXO:**

#### **PROGRAMAÇÃO DIA 15/12/20 – das 19 às 21 horas**

Tempo		Observações
15 min	Boas vindas e apresentação da pauta.	Este é um momento de reflexão e escuta dos estados...). Os/as participantes se apresentam pelo

**E-mail : [campanhafazervalerasleis@gmail.com](mailto:campanhafazervalerasleis@gmail.com)**



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

		<p>chat: Nome, estado, instituição/organização e contato se acharem necessário);</p> <p>Importante resgatar o que já foi realizado pela Coordenação da Campanha Nacional, informar sobre as instâncias organizativas, etc.</p> <p>Definir quem da coordenação, pode ser 2 pessoas, observar a questão de gênero.</p>
30 min	Conjuntura Política e Desafios Para o Povo Negro e Povos Indígenas	<p>Abordagem sobre Contexto Internacional e América Latina. Resultados eleitorais, movimentos, políticas públicas, pandemia, além da questão da educacional no atual contexto: professores/as, alunos/as, pais, calendário, etc.</p> <p>Duas exposições no máximo 3 pessoas 10 minutos, para cada ou 15 sendo 2 pessoas.</p> <p>Entre as pessoas que farão as exposições observar a questão de gênero</p>
15 min	Manifestação dos/das participantes do Seminário	5 inscrições + manifestações pelo chat
10 min	Apresentação dos dados da Compilação dos Panoramas encaminhados pelos Estados; + 05 para responder questões do chat	Adeir Ferreira Alves (confirmar a contribuição de Valéria Silvestre) Dúvidas e informações complementares dos/das pelo chat
30 min	Contribuições para o Planejamento 2021	10 inscrições de 3 minutos para apresentação de propostas + manifestações pelo chat.
15 min	Próximos passos e encerramento	Registro das propostas; Informações sobre o que está previsto pela coordenação



## Campanha Nacional Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639-2003 e 11.645-2008

		(reunião da coordenação operativa para o Planeamento 2021 a ser pensado para ser realizado em janeiro/fevereiro do próximo ano) Agradecimentos etc.
--	--	--